

SABER E IDENTIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES DE COSTA DO BICA E PAREDÃO, PIRATINI (RS)*

FARMERS KNOW AND IDENTITY OF THE PEASANTS COSTA DO BICA
AND PAREDÃO, PIRATINI (RS)

SABER Y LA IDENTIDAD DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES CAMPESINOS
DEL COSTA DO BICA Y PAREDÃO, PIRATINI (RS)

Marilse Beatriz Losekann - Universidade Federal de Santa Maria
- Santa Maria - Rio Grande do Sul - Brasil
marilosekann@hotmail.com

Carmen Rejane Flores Wizniewsky - Universidade Federal de Santa Maria
- Santa Maria - Rio Grande do Sul - Brasil
carmenfw@terra.com.br

Resumo

O presente artigo trata de uma pesquisa que procurou analisar a forma de vida camponesa e como ocorre a reprodução social dos agricultores familiares camponeses das localidades de Costa do Bica e Paredão, localizadas no município de Piratini (RS), e inseridas no denominado Território do Alto Camaquã. O desenvolvimento da pesquisa está apoiado no método fenomenológico, com uso da história de vida e da observação da paisagem. Os sujeitos em questão são resultado da miscigenação entre indígenas (tupi-guarani e tape), açorianos, africanos (ex-escravos), sobre uma área que secularmente foi uma zona fronteira em litígio e um território onde predomina o poder do latifúndio pastoril em confronto com a agricultura camponesa. Esta está presente na disputa por esse território que abrange o bioma Pampa e reproduz práticas que permitem a coexistência do homem com a natureza, garantindo a preservação das características socioambientais. Entre os resultados obtidos percebe-se que nesse território uma nova transformação espacial está em curso com a implantação da silvicultura, que vem modificando a paisagem rural com predomínio da pecuária familiar em extensas lavouras de monocultura de árvores exóticas. Pode-se constatar que, apesar da pressão externa produzida pela territorialização do capital e da invisibilidade desses camponeses, eles continuam resistindo, uma vez que seus saberes tradicionais continuam latentes em suas memórias, forma de vida e práticas cotidianas.
Palavras-chave: camponeses, reprodução social, saberes, identidade.

Abstract

The present research it is about a reflection on the form of peasant life and how the social reproduction of peasant farmers of the localities Costa do Bica and Paredão, situated in the city of Piratini (RS), and inserted in the Território do Alto Camaquã. The development of the research is supported in the phenomenological method with use the history of life and observation of the landscape. The subjects in question are the result of miscegenation between indigenous (Tupi-Guarani and tape), the Azores, Africans (former slaves) on an area that secularism was a frontier zone in dispute and a territory where predominant power of the grazing landowners in confrontation with peasant agriculture. It is present in the dispute over this territory covering the Pampa biome and reproduce practices that allow the coexistence of man with nature ensuring the preservation of social and environmental characteristics. Among the results obtained it is clear that in this territory a new spatial transformation is underway with the implementation of forestry, which is changing the rural landscape with a

* Pesquisa financiada pela Capes, por meio de concessão de bolsa de mestrado.

predominance of family livestock farming in large monoculture plantations of trees. This pressure can be seen in decrease of the livestock of sheep and goats, and agriculture, which has been losing ground also for their own consumption, creating the invisibility of these peasants to the state and society. Can be verified that although the external pressure produced by the territorialization of the capital and the invisibility of these peasants, they continue to resist, since their traditional knowledge remain latent in his memoirs, way of life and everyday practices.

Keywords: family farming peasants, social reproduction, knowledge, identity.

Resumen

Esta investigación pretende analizar la forma de vida campesina y de qué manera la reproducción social de los campesinos de Costa do Bica y Paredão Piratini (RS), insertados en el Território do Alto Camaquã. El desarrollo de la investigación es apoyada por el método fenomenológico, utilizando la historia de la vida y la observación del paisaje. Los sujetos en cuestión son el resultado del mestizaje entre los indígenas (tupí-guaraní y tape), las Azores, los africanos (ex esclavos), sobre un área que fue siglos una zona fronteriza en disputa y el territorio de una donde el poder predominante de los propietarios de tierras en conflicto pastoral con la agricultura campesina. Esto está presente en la lucha por el territorio que abarca el bioma Pampa y las prácticas de juego que permiten la coexistencia del hombre con la naturaleza para asegurar la preservación de las características sociales y ambientales. Entre los resultados está claro que em este território una nueva transformación espacial está en marcha con la puesta en práctica de la actividad forestal, que está cambiando el paisaje rural, con predominio de la agricultura familiar en las plantaciones de monocultivos extensivos de árboles exóticos. Es evidente que a pesar de la presión externa producida por el capital territorial y la invisibilidad de estos campesinos, estos continúan resistiendo, ya que sus conocimientos tradicionales continuan latentes en sus memorias, modo de vida y las prácticas cotidianas.

Palabras clave: campesinos, la reproducción social, conocimiento, identidad.

Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa sobre as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares camponeses das localidades de Costa do Bica e Paredão, no município de Piratini (RS), como pode ser observado na Figura 1. A investigação objetivou compreender como esses sujeitos mantêm e reproduzem os saberes tradicionais que orientam a sua forma de viver e de se relacionar no lugar onde vivem, ou seja, nas relações que criam na própria família, com os vizinhos, com o meio ambiente e em suas atividades produtivas. Para isso, o presente trabalho focou a essência do ser, a experiência de vida dos “camponeses” (Wanderley, 1996) e de como eles percebem o seu lugar a partir da interação com o local e o global. Para apreender como esses sujeitos vivenciam essa realidade, optou-se pela pesquisa qualitativa e o estudo de caso. É importante ressaltar que as contribuições do método fenomenológico de Maurice Merleau-Ponty (1975) marcam o desenho da presente investigação.

Essas comunidades encontram-se a cerca de 100 km de distância da sede do município de Piratini e a 20 km ao norte da BR-392, às margens

do rio Camaquã, que é o limite político-administrativo com o município de Encruzilhada do Sul. Ao norte e a leste, o Arroio da Bica é o limite de Piratini com o município de Canguçu. As comunidades do Paredão e da Costa do Bica pertencem ao terceiro subdistrito Capela.

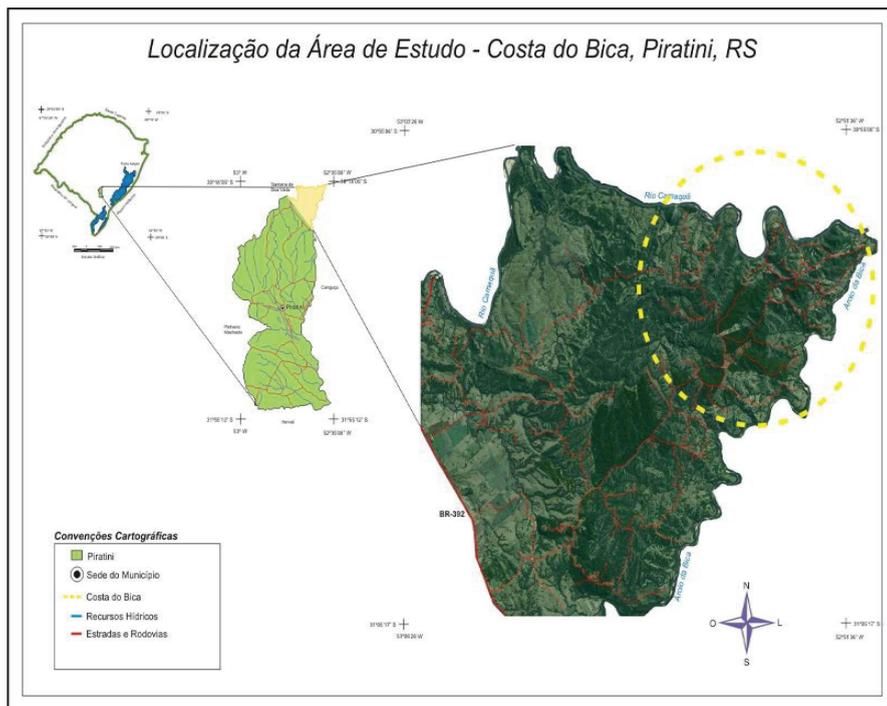


FIGURA 1 - Mapa de localização da área de estudo

Fonte: IBGE e Google Earth.

Org.: LOSEKANN (2011).

O local faz parte do território do Alto Camaquã,¹ que compreende o terço superior da bacia do rio Camaquã, situado na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. Essa porção do território gaúcho engloba os municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Lavras do Sul, Bagé, Pinheiro Machado e, em menores proporções, os municípios de Dom Pedrito e Hulha Negra (Figura 2). A área total é de 8.300 km², com uma população de aproximadamente 35 mil habitantes (Fepam/Sema, 2007). A base de sua economia é a agricultura e a pecuária, que resultam das

formas e processos da construção histórica do território rio-grandense que ainda hoje imprimem suas marcas na paisagem.

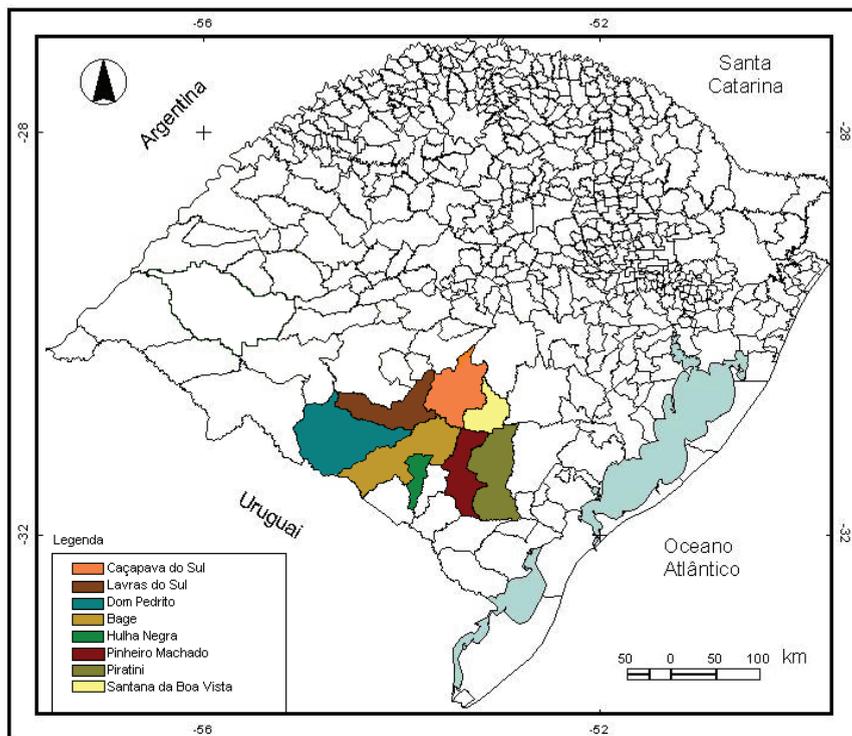


FIGURA 2 - Mapa de localização dos municípios que compõem o Alto Camaquã (RS)

Fonte: Projeto Alto Camaquã.

Org.: LOSEKANN (2011).

Já os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa abarcam inicialmente o aprofundamento bibliográfico sobre o contexto histórico que originou o referido território no sul do Rio Grande do Sul e sobre as categorias que norteiam o estudo: território e lugar, saberes, identidade, reprodução social camponesa e sustentabilidade. Posteriormente, no trabalho de campo, foi utilizada a história de vida, com o propósito de compreender o modo de organização e reprodução da comunidade sob o prisma dos seus saberes tradicionais. A referida técnica foi aplicada com informantes qualificados, sugeridos pelo presidente da Associação Comu-

nitária. Sobre essa técnica, concordamos com Ruscheinsky (2005, p. 140) quando afirma:

A procura dos significados relativos ao objeto de estudo através da história de vida, de relatos ou depoimentos, possibilita o encontro entre seres humanos, reconstruindo histórias, situações, acontecimentos, subsidiados pela voz do outro, possibilitando a recuperação e a apresentação da condição humana dos envolvidos neste fazer.

De forma complementar aplicou-se a técnica de observação da paisagem aos sujeitos da pesquisa. Quanto à *observação da paisagem* no trabalho de campo, esta permite ao pesquisador o contato e a proximidade com o objeto/fenômeno de estudo. No entanto, para Matos e Pessôa (2009), observar não significa simplesmente olhar, é preciso que o pesquisador consiga absorver o que está além da aparência, ou seja, buscar a essência.

Agricultura familiar camponesa no território do Alto Camaquã

Sobre as origens sociais do campesinato tradicional no Brasil, afirma Martins (1981, p. 31-32) que, no período colonial, “quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança”. Com o fim da escravidão indígena no século XVII, o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados das fazendas, excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados. Desempenhavam funções ao mesmo tempo complementares e essenciais numa economia baseada no trabalho escravo.

A modernização das estâncias, no início do século XX, provoca uma transformação na estrutura social, em função da grande capitalização de alguns estancieiros que buscavam as cidades para se estabelecer. Neste sentido, segundo Chonchol (1996), aumenta a distância social entre o estancieiro e seus peões, visto que o primeiro já não compartilha nem o estilo de vida nem o trabalho do segundo. Também os investimentos em tecnologia teriam de ser compensados por certas economias. Grande parte da mão de obra já se tornava excedente e, por isso, descartável, eliminando os moradores junto com a abolição dos cultivos alimentícios.

Aos poucos, grupos de famílias foram ocupando terras baldias, e sobre isso comenta Chonchol (1996, p. 153):

All ídesarrollaron una pequeña agricultura de subsistencia. Los que tenían algún oficio (domadores de caballos, esquiladores de ovejas, troperos etc.) eran contratados periódicamente por las estancias vecinas. Muy probablemente estos (agregados de lãs estancias) dieron origen a parte de la agricultura familiar presente em la región do Alto Camaquã (cuya ocupación ocurre a comienzos del XIX). Outro posible origen estaria vinculado a la división entre miembros de lãs familias de los primeiros estancieros com consecuente venta por parte de algunos herederos o incluso pérdida por deudas. Hay que considerar que en tal región lãs estancias no serían tan grandes, pues ya no tendrían sus orígenes en la concesión de sesmarías y sí en la adquisición en el mercado corriente de tierras.

Desta maneira, o local onde se desenvolveu a presente pesquisa apresenta uma cultura diferenciada, marcada pelo reduzido tamanho das explorações, em sua maioria nas mãos de posseiros; por uma topografia e solos desfavoráveis à agricultura e pela influência da colonização portuguesa, em meio a uma cultura de latifúndio e criação extensiva de gado.

Os agricultores familiares em questão são resultado da miscigenação entre indígenas (tupis-guaranis e tapes), açorianos e africanos (ex-escravos), em uma área que secularmente foi zona fronteira em litígio e território onde predomina o poder do latifúndio pastoril, em confronto com a agricultura camponesa. A agricultura familiar está presente na disputa por esse território, que abrange o bioma Pampa e reproduz práticas que permitem a coexistência do homem com a natureza.

As características culturais e socioeconômicas extremamente particulares do território do Alto Camaquã tornaram a modernização tecnológico-produtiva não expressiva em comparação à de outras regiões do estado. O contexto local, incompatível com as estratégias de modernização e “desenvolvimento” advindas da Revolução Verde, ocorrida a partir dos anos 1960, demonstrou a impossibilidade de adotarem-se modelos produtivos modernizados na região. Esse fato tem historicamente marginalizado essa porção do território gaúcho, comumente considerada social, tecnológica e economicamente subdesenvolvida, levando a uma estigmatização que reflete sobre a autoestima das populações locais.

Essa realidade complexa é resultado de uma “modernização incompleta”. Em decorrência disso, de acordo com Embrapa (2008/2009), é possível caracterizar as formas de produção presentes no Alto Camaquã, predominantemente pecuária de escala familiar, como produção camponesa, dado o uso de elementos que entram no processo produtivo como

“não-mercadoria”. Essa condição determina que a produção pecuária do Alto Camaquã mantenha relações mais intensas com a natureza do que com o mercado, proporcionando uma interdependência de tal ordem entre produção e recursos naturais que propiciou um baixo nível de degradação ambiental.

No entanto, uma nova transformação espacial está em curso nesse território com a implantação da silvicultura, que vem transformando a paisagem rural, com predomínio da pecuária familiar, em extensas lavou-
ras de monocultura de árvores exóticas.

O agricultor familiar camponês e o lugar

De acordo com Souza (2009, p. 61),

o “lugar” não é a dimensão do poder que se apresenta em primeiro plano, e sim o das identidades, das intersubjetividades e das trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos de “lugar” enquanto espacialidade vivida e percebida, dotada de significados, marcada por “topofilias” (e “topofobias”).

Neste sentido, a paisagem é fundamental para gerar topofilias e topofobias, as quais representam os significados do lugar para os agricultores camponeses.

Embora as famílias sejam numerosas, a comunidade é formada basicamente por idosos, uma vez que os jovens migraram para a cidade, a maior parte deles para Alvorada, situada na região metropolitana de Porto Alegre. Os que permanecem realizam trabalhos temporários, como a colheita de pêssego próximo a Pelotas, a secagem de arroz em Santa Vitória do Palmar, a colheita de maçã em Vacaria, dos quais extraem sua principal renda.

Além da falta de mão de obra e do envelhecimento da população, a não regularização das terras provoca a falta de acesso à previdência social, a financiamentos e a outras políticas públicas, e tem levado, ao longo dos últimos 20 anos, famílias inteiras a abandonar essas localidades. Neste sentido, podem-se observar importantes rugosidades que comprovam a ocupação do território no passado, e prova disso são as “taperas” (unidades produtivas abandonadas).

Essas comunidades passam por um processo de invisibilidade muito forte. Para compreender esse processo, adotamos as contribui-

ções da Sociologia das Ausências de Santos (2004). O autor apresenta o conceito de “monocultivo da naturalização das diferenças”, em que está implícita a “lógica da classificação social” que distribui as populações em categorias que naturalizam as hierarquias. Para ele, a não-existência, ou a invisibilidade vivenciada por grupos sociais, é produzida sob a forma de uma inferioridade insuperável, por ser natural.

Para avançar na compreensão da “naturalização das diferenças”, Elias e Scoltson (2000) apresentam o conceito da relação entre “estabelecidos e outsiders” como expressão de um conflito quase oculto existente entre dois grupos diferentes. Uma importante contribuição para nos auxiliar na compreensão da invisibilidade camponesa é a de Aguiar (2010), que demonstra como essa relação entre os agricultores camponeses “estabelecidos” e os “outros” define a identidade de um grupo social. Na sua pesquisa, a autora aborda os processos de invisibilidade vivenciados por camponeses tradicionais das comunidades rurais de Taquaral e Santana (T e S), localizadas no município de Cáceres (MT).

A forma como se manifesta esse diferencial de poder, no caso ora analisado, é claramente observada nas comunidades rurais de Paredão e Costa do Bica. A construção da sua identidade perpassa o processo de invisibilidade perante o Estado, a outros camponeses vizinhos, a moradores da cidade de Piratini e a diversos órgãos de gestão pública, com destaque para a saúde, a educação e a extensão rural. Desse modo, são estigmatizados por diferentes segmentos sociais e em distintas situações, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por serem considerados carentes de certas virtudes. Não raras vezes, essa qualificação se manifesta pela categoria de atribuição externa, expressa na denominação “índios” (atrasados, analfabetos, não sabem nem querem trabalhar), a qual acaba por ser internalizada nas representações do grupo.

Há cerca de cinco anos, a prefeitura do município de Piratini criou um projeto para melhorar as condições de moradia dos agricultores familiares camponeses da Costa do Bica e do Paredão. Foram construídas casas de alvenaria, cobertas com telhas de amianto, porém, após pouco tempo de uso, a grande maioria dos moradores preferiu voltar a viver nas casas antigas construídas por eles. Alegaram que as casas que construíam eram mais agradáveis de ficar, referindo-se à temperatura, que no verão é mais baixa e no inverno, mais quente, garantindo maior conforto térmico, além de a manutenção poder ser feita a baixo custo. Já nas casas

construídas pela prefeitura, se quebrasse alguma telha dificilmente eles iriam trocá-la, por causa do custo e do dispêndio de ir à cidade em busca de outra. Novamente se concretiza a invisibilidade dos saberes e tradições desses agricultores camponeses diante das políticas de Estado.

Em relação às “imagens territoriais” (Paulino, 2008), que em geral caracterizam uma comunidade camponesa, observa-se que a religiosidade não representa uma prática expressiva. Apesar de alguns se declararem católicos, não existe capela; eventualmente, a cada 30 ou 40 dias, uma missa é celebrada em um salão próximo à venda, que é o local onde se comercializam os produtos mais diversos. Tampouco há cemitério comunitário, e cada família enterra os seus mortos em sua unidade de exploração.

As casas são pequenas, com poucas peças, e a pouca luminosidade deve-se ao número reduzido e ao pequeno tamanho das portas e janelas. As casas, muitas delas centenárias, são de barro ou pedra, com cobertura de capim Santa Fé (Figura 3), ou de alvenaria e madeira. É relevante destacar que a energia elétrica é recente, e em algumas casas ela ainda não chegou. No que se refere à existência de jardins e pomares, importantes símbolos territoriais camponeses, eles não são significativos, ou praticamente inexistentes, o que se justifica pelas características culturais e pelos limitantes ambientais, comentados anteriormente.



FIGURA 3 - Foto casa de pedra, a mais antiga da comunidade e casa coberta com capim Santa Fé
Fonte: Trabalho de campo (setembro 2010).
Org.: LOSEKANN (2011).

A venda, que também é o principal ponto de encontro, é um dos locais onde se pode observar a alteração dos hábitos alimentares dos cam-

poneses. A compra de produtos como pão, carne, massa, ovos ou mesmo industrializados é constante e demonstra que muitos alimentos, antes produzidos ou cultivados pelos camponeses, deram espaço a outros de origem urbana.

Ambas as comunidades caracterizam-se pelo isolamento em relação às demais e por um baixo nível de integração e cooperação. Esse isolamento, que inicialmente se justificava pelo temor desses camponeses de perder suas terras, foi sendo reproduzido pelas gerações seguintes. Os camponeses em questão são desconfiados, cautelosos com “os de fora”, formando uma sociedade mais fechada, que restringe a incorporação das mudanças propostas pelas externalidades.

O saber e as práticas camponesas

O saber camponês é aquele cujas práticas dialogam com o lugar e respeitam o tempo da natureza, utilizando o máximo de subprodutos de cada atividade, garantindo uma baixa dependência externa e a manutenção da biodiversidade socioambiental. Na concepção de Damasceno (1993), o conhecimento dos camponeses é gestado sob duas fontes básicas: a prática produtiva e a prática social. Na prática produtiva merece destaque o saber decorrente da forma como o camponês realiza suas atividades agropastoris, das ferramentas utilizadas, do conhecimento das condições naturais do local onde vive. Nesse aspecto, a família camponesa torna-se muito importante, uma vez que é dentro da estrutura familiar que se firmam as relações de produção e de reprodução do saber, e todos os membros participam dessas atividades. O fruto desse saber é prático, empírico, e se transfere de forma horizontal pela sua ação, criando formas próprias de compreender e explicar os acontecimentos naturais e sociais.

Entre as práticas que podem ser percebidas na relação dos agricultores familiares camponeses com a natureza do lugar, merecem destaque a manutenção da vegetação nativa, a preservação das fontes de água (cacimbas), a utilização do capim Santa Fé, assim como o amplo conhecimento das espécies e formas de utilização das plantas fitoterápicas. Esses saberes, que se unem às práticas produtivas, não estão se reproduzindo, ou seja, não estão sendo repassados para as novas gerações. Sem embargo, muitos cultivos não estão mais presentes nessas terras, e muito desses saberes ficaram no passado, porém, preservam-se de forma latente na

memória, uma vez que a ligação com a terra tem força e expressão de sentimento e apego.

Tuan (1980) considera que o apego à terra dos camponeses é profundo, pois eles têm intimidade com a natureza, ganham a vida com ela. A intimidade física do contato é registrada nos músculos e nas cicatrizes do seu corpo. A topofilia do agricultor está formada por essa intimidade, pela dependência material e pelo fato de a terra ser um repositório de lembranças que mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressa.

Essa localidade, marcada tradicionalmente por práticas produtivas como a pecuária familiar, vem sofrendo forte transformação, gerada provavelmente pela modernização agrícola, que exerce pressão sobre as formas tradicionais de produção. Essa pressão pode ser percebida na redução dos rebanhos ovinos e caprinos e da agricultura, que vêm perdendo importância inclusive para o autoconsumo, tornando esses camponeses menos autônomos e mais dependentes de políticas públicas, como a Bolsa Família, além da inserção, mesmo que parcial, em atividades pluriativas, como trabalhos temporários. No entanto, mesmo sob essas fortes pressões, muitas das práticas tradicionais desses camponeses se mantêm, como o preparo da terra com o uso de força animal, conforme pode ser observado na Figura 4.

Concordamos com Tedesco (1999) em relação à sua concepção de que, se por um lado, a estrutura fundiária pode representar um fator restritivo na relação terra-trabalho-produção, por outro, os elementos de ordem cultural redimensionam a lógica capitalista e dão importância ao modo de vida camponês, para demonstrar uma ressignificação da valorização da terra, do trabalho e da família. Cabe ressaltar ainda que as características topográficas do lugar se impõem como outro fator que dificulta a produção em grande parte das propriedades que se localizam em áreas de declividade acentuada, geralmente superior a 45 graus.

Esse cenário de abandono por parte do Estado, pois não há acesso às políticas públicas de financiamento e de assessoramento técnico, e a falta de mão de obra são propícios para a inserção de novas formas e funções no território, como vem ocorrendo com a implantação da silvicultura (Figura 5), criando uma nova territorialidade. Esse novo cenário é de um rural sem agricultores, substituto da produção de alimentos por produtos do agronegócio, em que agentes externos comandam o lugar, homogeneizando a paisagem, desestruturando as comunidades locais. Há perda da

memória coletiva e individual e aumento dos impactos ambientais, afetando a biodiversidade.



FIGURA 4 - Foto do preparo da terra com uso de força animal

Fonte: Trabalho de campo (setembro 2010).

Org.: LOSEKANN (2011).



FIGURA 5 - Atividade silvícola alterando a paisagem do bioma Pampa

Fonte: Trabalho de campo (setembro 2010).

Org.: LOSEKANN (2011).

Entre os anos de 1970 e 2005, segundo Picolli e Schnadelbach (2007), estima-se que 4,7 milhões de hectares de pastagens nativas do bioma Pampa foram convertidos em outros usos agrícolas, como lavouras e plantações de árvores exóticas. Da sua vegetação campestre e dos seus banhados característicos, restam 39% apenas.

Essa interferência antrópica decorre da proposta do poder público de um modelo de desenvolvimento para o Pampa, que significa uma mudança radical de sua matriz produtiva, passando da atividade pecuária a uma intensa exploração silvícola. Ambientalistas e pesquisadores das instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul vêm alertando sobre os prejuízos que essas lavouras de eucalipto podem gerar para a área. Em primeiro lugar, está o fato de um bioma de campo, como é o bioma Pampa, possuir solo, clima e características socioambientais impróprias para o florestamento com espécies exóticas, como o eucalipto e o pinus. A partir disso, desencadeiam-se inúmeras outras questões ambientais, como a impossibilidade de associação de culturas, “ressecamento” de reservatórios hídricos, destruição dos habitats das espécies locais, perda da biodiversidade, desestruturação de comunidades rurais, êxodo rural e crescimento da pobreza urbana, concentração de terra e capital, diminuição de postos de trabalho, geração de vazios demográficos.

Por ser, historicamente, um território marcado pela presença do latifúndio e do minifúndio, havia parcerias produtivas que beneficiavam as famílias que tinham pouca terra e que, em troca, produziam alimentos para os grandes e médios proprietários. Com a valorização dessas terras pela silvicultura, a prática de parcerias está diminuindo, alterando a dinâmica produtiva e desalentando os camponeses, levando-os muitas vezes a desistir de permanecer no campo. Também a alteração da paisagem pela introdução de árvores de grande porte (se comparadas com a vegetação original) está mudando o significado do lugar para os camponeses que ali vivem, uma vez que seu lugar é alterado por fortes marcas na paisagem e, conseqüentemente, seu sentimento de pertencimento, que constitui sua identidade, está também sendo transformado. Esse sentimento pode ser percebido na fala de uma das moradoras do Paredão quando diz:

Gosto mais quando eles colhem as árvores, aí dá para ver os campos, longe... como dava há uns anos atrás; e também diminui um pouco as caturritas... não dá para plantar nada, são uma praga. Parece que volta tudo a ser como antes. (AF 01)²

Muitos camponeses acabam negando seus saberes e práticas, como o uso de ervas medicinais para fazer remédios caseiros para a família e os animais, a utilização do fogo no preparo da terra, a preservação de sementes crioulas, as formas de cultivo e os cuidados com o rebanho, as heranças culturais registradas no artesanato, nas histórias (causos), lendas, cantigas, danças, que, no entanto, vêm perdendo sua expressão, principalmente pelo preconceito e pela imposição de uma cultura hegemônica.

São vários os processos e lógicas, e por meio deles a razão dominante produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e em seu tempo linear (Santos, 2004). Assim, gera-se uma visão dualista da sociedade, que contrapõe o moderno ao tradicional, a cidade ao campo. Dessa forma, aqueles que compõem o “tradicional”, como os camponeses em questão, acabam por ser estigmatizados e, conseqüentemente, internalizam o processo de invisibilidade a que são submetidos.

Considerações finais

O presente artigo pretendeu desenvolver reflexões sobre os resultados da pesquisa que enfoca a importância dos saberes tradicionais dos agricultores familiares camponeses, e como estes continuam se adaptando e reproduzindo. Estas reflexões permitem afirmar que os camponeses da Costa do Bica e do Paredão se diferenciam por apresentar uma racionalidade própria, que se forma em decorrência de sua intensa relação com o lugar vivido. O isolamento do local e a exclusão dessa área dos processos de modernização agrícola, até então, possibilitaram que esses sujeitos desenvolvessem e reproduzissem práticas que permitem a coexistência do homem com a natureza, garantindo a preservação das características socioambientais do bioma Pampa.

Foi possível apreender que os saberes tradicionais desses camponeses continuam reproduzindo-se, pois, embora muitas vezes negados em suas falas, são constatados em suas práticas. Essas práticas apresentam uma diversidade produtiva inerente à condição da agricultura familiar camponesa, possibilitando o sustento básico da família com os rebanhos da pecuária familiar e a produção agrícola.

Esses agricultores familiares camponeses são invisíveis aos órgãos e às instituições públicas, uma vez que não desfrutam nem mesmo de seus direitos básicos de cidadãos, tais como o acesso ao benefício da previ-

dência social rural, a financiamentos como o Pronaf ou à própria garantia de possuir legalmente a terra em que produzem. Quando alguma política pública é destinada a essas duas localidades, ela não é efetivada, já que não prioriza suas reais necessidades nem leva em consideração os aspectos da cultura e saberes locais, como nos casos apresentados das construções de moradias e dos programas que tentaram inserir práticas produtivas totalmente desconhecidas pelas comunidades.

No entanto, ressaltamos que algumas iniciativas começam a ser implementadas para desenvolver as potencialidades locais, como o projeto Território do Alto Camaquã. As comunidades da Costa do Bica e do Paredão apresentam características potencializadoras para o desenvolvimento sustentável, contudo, o que necessitam, e o que este projeto objetiva, é que esses saberes sejam valorizados e que haja um diálogo com o lugar e com os do lugar, e não que se imponha um modelo. O desenvolvimento endógeno não nega o externo, o global, apenas centraliza-se nos objetivos específicos da comunidade local. O “início” é a potencialidade do lugar e, principalmente, seus fins devem suprir as demandas locais.

A maneira como esses camponeses preservam os saberes tradicionais e constroem seu próprio conhecimento sobre a natureza é norteadora de sua sociabilidade, em meio a um quadro de fortes influências externas. O conflito entre a tradição e a pressão da tecnologia e do capital se concretiza em Costa do Bica e no Paredão com a atividade silvícola, em detrimento da agricultura familiar, promovendo ameaças socioambientais materializadas na pobreza, no potencial de escravidão, na expropriação e no abandono do campo.

Notas

1. A denominação Alto Camaquã refere-se também ao projeto coordenado pela Embrapa - Pecuária Sul de Bagé e instituições parceiras do projeto como prefeituras, universidades e sindicatos de produtores rurais. Esse projeto visa a fomentar o desenvolvimento do território conhecido como Alto Camaquã, a partir das especificidades e potencialidades locais, em busca de formas alternativas de desenvolvimento endógeno para a região. Disponível em: <www.altocamaqua.org/v10>. Acesso em: jun. 2009.
2. No decorrer do texto utilizamos a abreviação “AF” (Agricultor Familiar) para fazer referência às falas dos agricultores familiares entrevistados, juntamente com o número correspondente a cada um, contudo, os nomes não serão divulgados dada a não autorização por parte dos sujeitos da pesquisa.

Referências

AGUIAR, M. V. de A. *Invisibilidade camponesa e desperdício de experiências: aprendizados a partir da agroecologia*. In: VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE, 15 a 19 de novembro de 2010.

CHONCHOL, J. *Sistemas agrários en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1996.

DAMASCENO, M. N. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. et al. *Educação e escolas do campo*. Campinas, SP: Papirus, 1993. p. 1-40.

ELIAS, N.; SCOLTSON, J. L. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Unidade Pecuária Sul/Bagé-RS. Projeto Alto Camaquã. *Desenvolvimento Territorial Endógeno* (2008/2009).

FEPAM/SEMA - Fundação Estadual de Proteção Ambiental e Secretaria Estadual de Meio Ambiente. *Zoneamento Ambiental para atividade de silvicultura*, v. I e II, jan., 2007, Porto Alegre.

LOSEKANN, M. B. *Saber e Identidade dos Agricultores Familiares Camponeses da “Costa do Bica” e “Paredão”*, Piratini, RS. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2011.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e Entrevista: Construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S.(Orgs.) *Geografia e pesquisa qualitativa - nas trilhas da investigação*. Uberlândia, MG: Assis, 2009.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenología de la percepción*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

PAULINO, E. T. Território e campesinato: da teoria à práxis. *Revista Terr@Plural*, v. 2, n. 1, jul./dez., 2008, p. 199-211, Ponta Grossa, PR.

RUSCHEINSKY, A. A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental. In: CARVALHO, I.; SATO, M. (Org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 137-149.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Um discurso sobre as ciências - revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo/

Presidente Prudente: Expressão Popular/Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente, SP, 2009.

PICOLLI, L. R.; SCHNADELBACH, C. V. (Coord.). *O pampa em disputa: a biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores*. Porto Alegre: Amigos da Terra Brasil, 2007.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo, RS: Ed. UPF, 1999.

TUAN, Y-F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. *Anais...* Caxambu-MG, 1996.

Marilse Beatriz Losekann - Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - Graduanda em Geografia-Bacharelado pela mesma universidade.

Carmen Rejane Flores Wizniewsky - Doutora em Geografia e Ciências do Território pela Universidade de Córdoba, Espanha - Professora da Universidade Federal de Santa Maria.

Recebido para publicação em abril de 2012

Aceito para publicação em agosto de 2012